

## A QUESTÃO DISTRIBUTIVA NO PLANO REAL

Fernando Augusto M. Mattos\*

José Celso Cardoso Jr.\*\*

### APRESENTAÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar as principais evidências relacionadas à evolução do perfil de distribuição de renda no Brasil a partir da implementação do Plano Real. Com base nas informações já disponíveis, traçaremos, primeiro, um quadro das alterações ocorridas nos perfis de distribuição da renda do trabalho desde 1994, procurando comparar estes dados com os de anos imediatamente anteriores ao plano. A seguir, deveremos interpretar o comportamento do perfil distributivo pós-1994 à luz das recentes transformações geradas no mercado de trabalho brasileiro e em indicadores de preços desde a implementação do Plano Real.

Antes de entrar na questão central do texto, faremos breves comentários sobre a questão distributiva brasileira nas últimas décadas, apenas para contextualizar o atual debate sobre distribuição de renda. Entendemos que o debate sobre este tema, em décadas passadas, encontra-se já bem analisado pela literatura, sendo desnecessário dedicar-lhe comentários mais exaustivos.

No caso do Plano Real, porém, não existem ainda estudos sistemáticos sobre a evolução do perfil distributivo e seus determinantes. A limitação decorrente de uma análise ao 'calor da hora', entretanto, não impede que os primeiros efeitos do Plano Real sobre a distribuição de renda possam ser avaliados. Os efeitos de um plano de estabilização sobre o nível e a distribuição de renda devem ser avaliados não só pelos seus resultados mais imediatos, mas também pelas possibilidades de que eventuais melhorias dos indicadores possam ser mantidas no futuro. Neste sentido, deve-se avaliar até que ponto a estabilização inflacionária, por si só, pode reverter de maneira consistente o impressionante grau de concentração de renda existente na economia brasileira.

Por fim, deve-se levar em conta que uma avaliação do impacto do plano de estabilização sobre os níveis dos rendimentos e sobre o perfil distributivo dependem da referência temporal adotada, bem como dos desdobramentos futuros que as alterações na forma de funcionamento do mercado de trabalho possam provocar na remuneração dos trabalhadores e nos perfis de distribuição pessoal e funcional da renda.

### 1 A QUESTÃO DISTRIBUTIVA NOS 25 ANOS ANTERIORES AO PLANO REAL: breves comentários

A questão da distribuição de renda no Brasil tomou impulso nos anos 70<sup>1</sup>, quando a economia brasileira vivenciava um período de crescimento notável, atingindo a taxa anual média de variação do PIB, na década, de cerca de 8%. O contexto político daqueles anos, porém, contribuiu de maneira decisiva para consolidar um modelo de

\* Doutorando e Mestre pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

\*\* Técnico de Pesquisa e Planejamento da DIPOS / IPEA e mestrando do I.E. / UNICAMP.

<sup>1</sup>Para uma revisão bibliográfica do debate sobre distribuição de renda nos anos 70, ver Langoni (1973), com uma defesa do modelo implementado pelo regime militar, e Tolipan/Tinell (1978), que reúne artigos de diversos autores que se colocavam, à época, em oposição ao Regime Militar e à sua política econômica.

crescimento econômico extremamente excludente. Este modelo pode ser, em termos de estatísticas econômicas, representado pelo fato de que, embora o PIB per capita, na década de 70, tenha crescido à taxa média anual de 7%, o salário mínimo real manteve-se praticamente estagnado. Ou seja, a economia brasileira dos anos 70 caracterizou-se por um crescimento sem precedentes, mas esta trajetória de crescimento, repetindo fenômeno que já vinha ocorrendo desde a segunda metade da década de 60, deu-se com piora do perfil de distribuição pessoal da renda (Tabela 1).

TABELA 1

## Distribuição de Renda no Brasil

Parcela da renda total apropriada por estratos populacionais

1960-1970-1980

em %

Percentual da População	1960	1970	1980
1% mais rico	n.d.	13,8	14,9
10% mais ricos	38,9	46,4	47,7
50% mais pobres	17,7	15,6	14,6
20% mais pobres	n.d.	3,8	3,4

Fonte: IBGE.

Nos anos 80, a perda de dinamismo econômico e a inflação crônica provocaram nova deterioração do perfil distributivo brasileiro (Tabela 2), concomitantemente a uma queda na renda per capita de cerca de 0,4% ao ano (em média). Nessa década, entretanto, o debate econômico esteve mais voltado às alternativas de políticas anti-inflacionárias do que exatamente à questão da distribuição de renda, embora esta estivesse se agravando à medida que os reajustes salariais não conseguiam acompanhar a escalada descontrolada dos preços internos da economia, resultando em uma deterioração dos rendimentos reais dos ocupados no mercado de trabalho brasileiro (Tabela 3).

Tabela 2

## Distribuição pessoal da renda do trabalho

Brasil - 1981/1995

em %

Grupos de Renda	1981	1986	1990	1992	1993	1995
O 1% mais rico	12,1	14,0	13,9	13,1	15,5	13,4
Os 10% mais ricos	44,9	47,3	48,1	45,1	49,0	47,1
Os 50% mais pobres	14,5	13,5	12,0	14,0	12,9	13,3
Os 10% mais pobres	0,9	1,0	0,8	0,8	0,7	1,0
Índice de Gini (1)	0,564	0,584	0,602	0,575	0,603	0,592

Fonte: IBGE (PNAD), apud DIEESE (1995). Elaborada pelos autores.

Diante deste quadro, o Brasil consolidava-se como um dos países com pior distribuição de renda no mundo, conforme mostra a Tabela 4, com informações de alguns países de diversos graus de desenvolvimento econômico.

Nos anos 90, a problemática da distribuição de renda volta a tomar parte ativa da agenda política brasileira. Mais exatamente a partir da campanha eleitoral de 1989, a questão distributiva volta a ser discutida com grande intensidade. Com a recessão deflagrada pela adoção do Plano Collor, que provocou queda acentuada dos rendimentos reais do trabalho (Tabela 5), o debate sobre a distribuição de renda no Brasil tomou contornos ainda mais dramáticos.

Finalmente, a implementação do Plano Real e a tão esperada estabilização inflacionária, que já dura mais de três anos, recolocam o debate sobre a distribuição de renda em novas bases, estimulando uma discussão que ganha corpo na Imprensa e nos meios acadêmicos. A nova realidade representada pelo Real estimula a discussão do caráter estrutural da concentração de renda no Brasil e das alternativas para a melhoria dos indicadores relacionados à distribuição de renda.

Tabela 3

Rendimento médio real dos ocupados e variação nos anos 80  
Brasil - 1981/1990

Grupos de Renda	Rendimento médio real(1) (em salários mínimos)			Variação do rendimento real em %		
	1981	1986	1990	86/81	90/86	90/81
O 1% mais rico	33,50	47,94	29,77	43,1	-37,9	-11,2
Os 10% mais ricos	12,44	16,20	10,30	30,2	-36,3	-17,1
Os 50% mais pobres	1,32	1,51	0,88	13,8	-41,5	-33,4
Os 10% mais pobres	0,26	0,33	0,17	28,6	-46,9	-31,7
Total	2,77	3,42	2,15	23,6	-37,4	-22,6

Fonte: IBGE. Elaboração: DIEESE (1995).

(1) Valores reais calculados em salários mínimos de outubro de 1981. Os valores nominais originais foram deflacionados pelo ICV- DIEESE (1 a 30 S.M.)

Tabela 4

Distribuição pessoal da renda - países selecionados  
1979-1995

País	Ano	em %	
		20% mais pobres	10% mais ricos
França	1989	5,6	26,1
<b>Brasil</b>	1995	<b>3,1</b>	<b>47,1</b>
Chile	1994	3,5	46,1
EUA	1985	4,7	25,0
Japão	1979	8,7	22,4
Índia	1992	8,5	28,4
México	1992	4,1	39,2

Fonte: World Bank, World Development Report e IBGE.

Elaboração: DIEESE (Anuário dos Trabalhadores 1996/7)

A seguir, partiremos para a análise da questão distributiva sob o Plano Real.

## 2 A EVOLUÇÃO DO PERFIL DISTRIBUTIVO SOB O PLANO REAL

A principal dificuldade envolvida na avaliação do impacto do Real sobre o perfil de distribuição de renda reside no fato de que ainda não há muitas informações disponíveis sobre sua evolução no ano de 1997. Devemos, portanto, buscar nas informações já existentes e nas tendências que algumas delas indicam<sup>2</sup>, elementos para interpretar não só como se comportou a evolução do perfil distributivo nos anos imediatamente posteriores ao início do Plano Real, mas também para avaliar quais as perspectivas atuais da trajetória do nível e do perfil dos rendimentos. O início de 1998 mostra um aumento sem precedentes das taxas de desemprego (tanto o IBGE quanto a PED, do SEADE/DIEESE), o que deixa em cena um quadro prospectivo bastante preocupante.

TABELA5

Rendimento e salário real médio na Grande São Paulo  
1989-1993 Base:média de 1985=100

Ano	OCUPADOS	ASSALARIADOS
	Rendimento Médio real	Salário Médio real
1989	85,2	81,9
1990	71,0	68,8
1991	61,9	60,2
1992	56,2	58,0
1993	61,2	62,5

Fonte: SEADE/DIEESE (PED).

Um primeiro fato que chama atenção é que existem informações disponíveis relativas ao ano de 1995 que indicam melhora na distribuição de renda após a implementação do Plano Real. Se tomarmos por base de comparação os dados do ano de 1993, como na Tabela 2, pode-se afirmar que houve uma diminuição do grau de desigualdade de renda no Brasil: enquanto que, em 1993, os 10% mais ricos detinham 49,0% da renda total, este mesmo estrato se apropriava de 47,1% em 1995; por outro lado, os 10% mais pobres detinham, em 1993, 0,7% da renda total do trabalho, e passaram a se apropriar de 1,0% em 1995. Estas informações são da PNAD (IBGE) e revelam que entre o ano imediatamente anterior à implementação do Plano Real e o ano imediatamente posterior a ele houve uma modesta melhora no perfil de distribuição da renda do trabalho no Brasil. Informações do IPEA parecem confirmar esta trajetória: a

<sup>2</sup>O estudo de distribuição de renda encerra diversas dificuldades. No caso deste texto, a principal relaciona-se ao fato de que estudaremos o efeito da implementação de um plano econômico recente. O pequeno intervalo de tempo a ser analisado torna todas as conclusões passíveis de uma falta de precisão que é inerente ao fato de que as próprias características estruturais que definem o perfil distributivo de uma economia como a nossa não são facilmente transformadas em curto período de tempo, não se refletindo, portanto, em alterações sensíveis dos indicadores mais tradicionais (como o índice de Gini, por exemplo) de distribuição de renda. Além disso, os índices de medição de distribuição de renda não conseguem captar alguns efeitos do fenômeno de transformação econômica deflagrado pela estabilização (como, por exemplo, os efeitos do fim do 'imposto inflacionário' sobre o perfil de renda, pois a forma como estes dados são coletados impedem que este efeito seja medido). Por fim, é interessante ressaltar que, para superar parte destes problemas, deveremos lançar mão de outros indicadores, além dos tradicionais indicadores de distribuição de renda por estratos, para poder cumprir os objetivos deste texto.

Carta de Conjuntura do IPEA de fevereiro de 1996 mostra que, em 1994, os 20% mais ricos detinham 65,7% da renda do trabalho e passaram a deter 63,3% em 1995; enquanto isso, a parcela apropriada pelos 50% mais pobres, em 1994, era de 10,4%, saltando para 11,6% em 1995.

O que merece ser ressaltado, tanto no que se refere aos dados do IBGE (Tabela 2), quanto no caso do citado trabalho do IPEA, é que a pequena melhora havida na distribuição pessoal da renda não foi sequer suficiente para repor a situação existente no início da década de 90 e, principalmente, na década de 80. Na Tabela 2, verifica-se que o índice de Gini em 1995 é ainda superior ao de 1992, um pouco inferior ao de 1990 e maior do que o índice do ano do Cruzado e o de 1981. Os dados do IPEA, por seu lado, revelam que o perfil distributivo, embora tenha melhorado de 1994 para 1995, encontra-se, neste último ano citado, pior do que em 1993, 1992 e 1991.

A tabela 6 indica que, entre 1993 e 1996, aumentou a parcela que os 10% mais pobres se apropriavam em relação à renda total do trabalho. Ao mesmo tempo, a parcela dos 10% mais ricos na renda total do trabalho diminuiu, passando de 49% para 46,8%. A parcela apropriada pelos 50% mais pobres também aumentou, o que parece confirmar uma ligeira mudança (para melhor) no perfil distributivo entre 1993 e 1996.

TABELA 6

Distribuição acumulada do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento do trabalho, em ordem crescente de rendimentos de todos os trabalhos - Brasil - 1986/1996.

Classes percentuais das pessoas	Distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 a. ou mais, com rend. do trabalho (em %).					
	1986	1990	1992	1993	1995	1996
ACUMULADO						
Até 10	1,0	0,8	0,8	0,7	1,0	1,0
Até 20	3,1	2,6	2,6	2,4	3,1	3,1
Até 50	13,5	12,0	14,0	12,9	13,3	13,6
Até 90	52,7	51,9	54,9	51,0	52,9	53,2
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD.

A tabela 7 indica que, também no que se refere à distribuição funcional da renda, o Plano Real parece ter tido, pelo menos até 1996, um resultado positivo. Deve-se ressaltar, entretanto, que a parcela do valor adicionado que se destina às remunerações do trabalho está, em 1996, em um patamar inferior à de 1990 e à de 1991.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Os dados da Tabela 7, sobre distribuição funcional da renda, foram construídos a partir das informações das Matrizes de Insumo-Produto para os anos correspondentes. O procedimento consistiu simplesmente em ponderar as participações dos itens 'Remunerações' e 'Excedente Operacional Bruto' sobre o 'Valor Adicionado' total em cada ano. Todos esses dados fazem parte dos quadros sobre 'Composição do Valor Adicionado', recentemente divulgados pelo IBGE juntamente com as Matrizes de Insumo-Produto.

TABELA 7

Distribuição Funcional da Renda (\*)

Repartição do Valor Adicionado (PIB ao custo de fatores)

ANOS	Remunerações	EOB
1990	0,450	0,538
1991	0,420	0,573
1992	0,398	0,598
1993	0,384	0,592
1994	0,397	0,560
1995	0,406	0,551
1996	0,411	0,541

Fonte:

Elaborada por J.Celso Cardoso (DIPOS/IPEA).

(\*)remunerações correspondem à soma de salários e contribuições sociais; Excedente operacional bruto corresponde aos ganhos do capital mais os rendimentos dos autônomos.

Tendo em vista os dados analisados acima, uma primeira conclusão a que se pode chegar é que o Plano Real provocou, em um primeiro momento, uma modesta melhoria no perfil de distribuição pessoal e funcional da renda, mas esta melhoria não foi suficiente sequer para restabelecer os indicadores do quadro de desigualdade já extremamente deteriorado do início da década de 90 (para não falar do patamar vigente no ano de 1986).

TABELA 8

Número-índice do rendimento médio mensal real do trabalho principal

dos empregados e trabalhadores domésticos de 10 anos ou mais

Total dos ocupados e empregados com carteira de trabalho assinada

BRASIL

Base: 1986=100

Situação	ANOS					
	1986	1989	1990	1993	1995	1996
ocupacional						
Total de ocupados	100,0	90,1	75,7	73,3	92,0	93,8
Com carteira assinada	100,0	92,2	74,0	75,0	89,0	89,5

Fonte: IBGE (PNAD).

Além disso, já existem sinais de que esta trajetória favorável do perfil distributivo, bem como a trajetória dos ganhos reais dos rendimentos, começam a perder força já no final de 1995/início de 1996. A Tabela 8, por exemplo, sugere que o crescimento dos rendimentos médios reais (tanto dos assalariados como também do conjunto dos ocupados) entre 1996 e 1995 foi muito mais modesto do que o crescimento que havia se verificado entre 1993 e 1995. No caso do rendimento médio real dos assalariados com carteira assinada, chama atenção o fato de que, em 1996, ele ainda se encontra em patamar inferior ao de 1989. Dados mais recentes, como os da Tabela 9, indicam que, na Grande São Paulo, as respectivas trajetórias dos rendimentos médios reais dos assalariados e dos ocupados, em 1997, colocam estes indicadores em patamares nitidamente inferiores aos do ano de 1993 e inferiores a 1994 (o que mostra acumulação de perdas em relação a um mês em que já estava vigente o Plano Real).



Desta forma, parece que tanto o nível quanto o perfil de rendimentos, após a implementação do Plano Real, apontam para resultados positivos, mas estes não parecem estar se sustentando depois que a economia sofreu o impacto inicial da estabilização inflacionária e do surto de crescimento econômico que veio junto à euforia gerada pela inflação controlada. Há estatísticas que, inclusive, apontam para perdas de valor real de rendimentos desde que foi implementado o Plano Real.

TABELA 9

Índices trimestrais do rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados (1)  
Região Metropolitana de São Paulo  
1985-1997

Trimestres	OCUPADOS (2)	ASSALARIADOS (3)
	Rendimento médio real	Salário médio real
out/93	62,6	64,5
out/94	56,7	53,3
out/95	55,9	51,2
out/96	54,9	51,4
jan/97	54,8	49,6
abr/97	54,0	50,2
out/97	53,3	51,2

FONTE: SEADE/DIEESE (PED).

(1) Inflator: ICV/DIEESE; (2) incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que recebiam exclusivamente em espécie; (3) incluem os que não tiveram remuneração.

Resta agora analisar as principais causas das alterações (para melhor) nos perfis e níveis de rendimentos ocorridas logo após a implementação do Plano Real e interpretar quais são suas possibilidades de se perpetuar nos próximos anos.

### 3 ALGUMAS EXPLICAÇÕES PARA A ALTERAÇÃO DO PERFIL DISTRIBUTIVO PÓS-PLANO REAL

A questão que se coloca após a avaliação preliminar dos efeitos do Plano Real sobre os perfis de distribuição de renda é a seguinte: o que provocou a ligeira melhoria inicial na distribuição de renda? Responder a esta questão não é importante por si só, mas também para poder avaliar se esta trajetória pode sustentar-se nos próximos anos, ou não, e por quê.

Para começar a responder a estas indagações, vamos lembrar de um fenômeno que tem ocorrido desde a implementação do Plano Real e que é bastante característico de planos de estabilização calcados em valorização cambial e abertura comercial<sup>4</sup>.

4 Sobre planos de estabilização da América Latina implementados na década de 90 e que possuem características gerais (câmbio que se valoriza, abertura comercial, reformas liberalizantes etc.) semelhantes ao Plano Real, (FRENKEL, DAMILL, FANELLI, 1996, BATISTA JÚNIOR, 1996).

Trata-se da dispersão de preços relativos que ocorre nos primeiros meses dos planos de estabilização com âncora cambial. Quando o plano é implementado, a concorrência externa (provocada pela abertura comercial e pelo câmbio valorizado) impõe aos produtos industrializados um rápido ajustamento aos níveis dos preços internacionais, sendo a partir de então mantidos relativamente estáveis. Por outro lado, os preços que não sofrem a concorrência externa, basicamente os preços de serviços prestados pelos chamados profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados etc.) ou os preços de serviços pessoais prestados por profissionais tais como os empregados domésticos, cabeleireiros, jardineiros, encanadores etc., tendem ainda a manter uma trajetória de crescimento, por não estarem (evidentemente) submetidos à concorrência de serviços 'importados', mas sim sujeitos à interação entre a oferta e a demanda internas. O aquecimento da demanda, nos primeiros meses da estabilização permitiu um aumento significativo dos preços destes serviços (e, portanto, da remuneração de seus prestadores).

Desta maneira, pode-se afirmar que o Plano Real provocou uma dispersão de preços internos da economia, a qual pode ser descrita pelo comportamento diferenciado dos vários índices de preços. Os índices que captam os efeitos da variação dos preços ao consumidor tendem a crescer mais do que os índices de preços por atacado, que carregam, em sua composição, um maior peso de produtos comercializáveis no mercado internacional. Portanto, enquanto não se opera a convergência entre os preços dos não-comercializáveis ('non-tradables') e os preços dos comercializáveis ('tradables')<sup>5</sup>, tende a aumentar a participação da renda apropriada pelos vendedores de serviços na renda total criada na economia. Em outras palavras, os trabalhadores autônomos que prestam serviços que não estão sujeitos à concorrência do mercado externo beneficiam-se da dispersão de preços relativos (em favor dos bens e serviços 'non-tradables', que são vendidos por eles), pois a remuneração que obtêm pelo seu trabalho crescerá acima do aumento médio de preços na economia e também acima do eventual crescimento dos salários dos trabalhadores empregados nos setores industriais oligopolizados sujeitos à concorrência externa. O perfil distributivo do conjunto dos ocupados no mercado de trabalho nacional tende, portanto, a melhorar, pois os salários pagos aos trabalhadores empregados nestes setores industriais são mais elevados, em média, do que os rendimentos dos prestadores de serviços pessoais.

Neste contexto, portanto, os salários dos trabalhadores da indústria, na moeda local, tendem a permanecer relativamente estabilizados, dado que as empresas, frente à abertura comercial, passam a ser submetidas a uma maior concorrência de preços e não têm como conceder reajustes salariais que possam ser repassados para o preço final de seus produtos. Junte-se a isto o fato de que, uma vez iniciado o plano de estabilização, as regras anteriores de indexação dos salários (especialmente da indústria, mas também do setor financeiro e do comércio organizado) deixam de existir, impedindo que os trabalhadores da indústria obtenham ganhos reais expressivos de salários. Por outro lado, os trabalhadores do setor produtor de 'non-tradables' estão normalmente excluídos das normas legais e formais de contratação, não se submetendo, portanto, à rigidez à que passam estar submetidos, após a implementação das mudanças de política salarial que se seguem ao plano de estabilização, os reajustes salariais dos trabalhadores com carteira assinada. Isto pode explicar parte das diferenças de crescimento dos rendimentos dos trabalhadores com carteira em relação aos rendimentos dos trabalhadores sem carteira e, principalmente, dos trabalhadores autônomos (Tabela 10).

<sup>5</sup> Conforme a estabilização inflacionária se consolida e os efeitos positivos que a própria estabilização gera no aquecimento do consumo e portanto sobre a demanda interna vão se atenuando, tende a ocorrer uma convergência entre os diferentes índices de preços. Esta convergência, porém, pode demorar muitos meses para acontecer. Na Argentina, por exemplo, o Plano de Conversibilidade, nos seus primeiros 24 meses, apresentou uma variação de 46% no IPC (Índice de preços ao Consumidor) e de apenas 7% no IPA (índice de preços por atacado). No Brasil, os primeiros dois anos do Real provocaram uma acumulação do INPC de cerca de 55% e de cerca de 30% no IPA.



TABELA 10

Evolução do índice do rendimento médio real dos trabalhadores

BRASIL

1993-1996

índice: 1993=100

Posição na Ocupação	dezembro de 1993	dezembro de 1994	dezembro de 1995	setembro de 1996
Com carteira	100,0	100,8	108,9	115,3
Sem carteira	100,0	105,1	125,0	129,5
Conta-própria	100,0	113,6	150,5	154,9

Fonte: Boletim do Banco Central.

Na verdade, tal fenômeno não deve ser necessariamente interpretado como um fato positivo, pois resulta de um longo processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nesta década, o qual tem sido agravado pelos efeitos macroeconômicos decorrentes da implementação do Plano Real (aumento das taxas de juros, desindustrialização, crescimento econômico pífio etc.).

Este processo de desestruturação reflete-se tanto em uma mudança na composição setorial do emprego (transferência de ocupados da indústria para os serviços) quanto na dinâmica das remunerações, pois o baixo grau de competitividade externa e o alto grau de informalidade das ocupações do terciário permitem a estes segmentos do mercado de trabalho apropriar-se de parcela maior da renda especialmente em momentos de aquecimento econômico acompanhado de desindexação salarial nos setores industriais tradicionais (conforme já colocamos acima). Desta forma, opera-se uma diminuição dos diferenciais de rendimentos tanto entre os setores formal e informal, quanto entre a indústria e os serviços.

Os setores industriais têm perdido cada vez mais peso relativo na geração de empregos urbanos, reflexo exatamente da perda de participação da indústria na composição da renda nacional, sendo então os setores do terciário (serviços e comércio) os maiores empregadores da mão-de-obra migrante da indústria e portanto o setor cuja participação no PIB é a que mais cresce<sup>6</sup>. Por outro lado, as remunerações da indústria, onde predomina a inserção ocupacional dos empregados com carteira, tradicionalmente maiores que as do terciário, têm crescido em ritmo e intensidade menores que as remunerações do comércio e dos serviços, onde têm tido dominância a inserção ocupacional dos empregados sem carteira, empregadores e autônomos (trabalhadores por conta própria).

Certamente, uma das explicações para este comportamento deve-se ao fato de os setores industriais, expostos à concorrência dos produtos estrangeiros, terem de manter seus preços em níveis competitivos internacionais, evitando o repasse dos ganhos de produtividade aos salários reais do pessoal ligado à produção. E isto é tanto mais possível quanto mais formalizados são os contratos de trabalho nestes segmentos

<sup>6</sup> Dados da PNAD/96 indicam redução de 2,3% (algo em torno de 1,6 milhão de pessoas) da população ocupada em relação aos dados de 1995, sendo que o setor agrícola expulsou 1,5 milhão de trabalhadores, principalmente mulheres e crianças de 10 a 14 anos. O setor serviços, cuja taxa de crescimento da população ocupação havia sido de 5,1% ao ano entre 1993 e 1995, apresentou um crescimento de apenas 0,3% em 1996. Também o setor de comércio, que cresceu 3,8% entre 1993 e 1995, reduziu este ritmo para 0,4% em 1996. Mas estes resultados não vieram em benefício dos setores industriais, que em 1996 continuou a perder postos de trabalho (queda de 1,7%). A construção civil, no entanto, foi o único setor a apresentar crescimento na ocupação, na ordem de 2,5%.

da atividade econômica. Mesmo a presença de sindicatos organizados neste setores não tem conseguido fazer avançar suas reivindicações, em contexto de queda do emprego industrial, forte competição internacional e desalento da classe trabalhadora. Por sua vez, a informalidade das relações de trabalho cresce de maneira acentuada justamente no setor terciário, onde a ausência de competição externa permite (em contexto de demanda interna aquecida, como na partida do plano Real) maior incremento das remunerações, ao mesmo tempo em que a ausência de controle institucional dos rendimentos do trabalho permite que estes setores possam se apropriar de uma maior parcela da renda gerada.

A observação conjunta do comportamento das remunerações entre os setores formal e informal, de um lado, e entre indústria e serviços, de outro lado, dá a impressão de que o grau de segmentação dos mercados de trabalho tem diminuído, quando, na verdade, é justamente a nova característica da segmentação que tem permitido este comportamento convergente das remunerações, tanto do ponto de vista setorial quanto no que se refere ao mercado de trabalho (formal/informal).

Feitas estas considerações, ficamos mais próximos agora de entender as causas das modificações que a implementação do Plano Real promoveu sobre o perfil distributivo do mercado de trabalho brasileiro. O fenômeno verificado até o final do ano de 1996 está relacionado à mudança de preços relativos promovida pela implementação do plano, caracterizado pelo câmbio valorizado e pela generosa abertura comercial. Existem evidências de que a enorme dispersão de preços relativos em favor dos preços dos 'non-tradables' favoreceu uma parcela expressiva de trabalhadores de mais baixas rendas<sup>7</sup>. Estes trabalhadores são prestadores de serviços cujos preços não sofrem a concorrência das importações, ao contrário do que acontece com os produtos industrializados. Desta forma, a remuneração destes trabalhadores (normalmente autônomos) cresceu muito mais, até pelo menos meados de 1996, do que os salários dos empregados com carteira de trabalho assinada (Tabela 10).

Este fenômeno, porém, começa a perder fôlego à medida que os índices de inflação que refletem preços ao consumidor e os índices que possuem, em sua composição, maior peso de produtos industrializados (IPA), passem a convergir, como normalmente acontece em planos de estabilização com as características do Real. A Tabela 11 mostra que esta convergência já está se operando desde meados de 1995, permitindo supor que a dispersão de preços relativos, que é o fator explicativo mais importante para a melhoria do perfil distributivo do imediato pós-Real, parece já estar, no momento atual, quase completamente extinta. Nesta Tabela, estão relacionados vários índices de inflação, de diferentes composições, segundo seus valores acumulados nos últimos 12 meses terminados nos meses da coluna esquerda.<sup>8</sup> O que se percebe nas colunas do lado direito é que além de estar ocorrendo uma diminuição geral da inflação, está também ocorrendo uma convergência entre os preços dos produtos sujeitos à concorrência

<sup>7</sup> Para uma avaliação da composição ocupacional dos estratos de renda da população ocupada, ver a dissertação de Mestrado de Mattos (1994). Os dados não são atuais (os dados mais recentes da dissertação são de 1989), mas podem fornecer, ainda para os dias de hoje, uma idéia bastante razoável de quem são os 10% mais pobres e os 10% mais ricos dos mercados de trabalho metropolitanos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Pode-se verificar, por exemplo, que é muito expressiva, em 1989, dentro do estrato dos 10% mais pobres do Rio de Janeiro, especialmente, mas os de São Paulo também, a parcela de trabalhadores autônomos que prestam serviços pessoais ou serviços de reparação/conservação.

<sup>8</sup> A opção por considerar a variação dos índices segundo os últimos 12 meses foi tomada para que os fatores sazonais não afetem as conclusões.

# internacional e os preços dos não-comercializáveis.

Inflação Acumulada em 12 meses  
Diversos Índices - Média e Desvio Padrão  
Brasil  
1995-1996

em %

PERÍODO	INPC	IPC-Fipe	IPC-IGP	INCC	IPA agr	IPA ind	MÉDIA	Desv. Pad.
<b>1995</b>								
junho	33,39	32,31	40,77	37,03	32,22	14,05	31,63	9,23
setembro	25,52	27,56	30,21	34,83	0,39	14,07	22,10	12,69
dezembro	21,98	23,17	25,91	31,48	-5,61	13,06	18,33	13,18
<b>1996</b>								
março	20,05	21,24	23,75	23,62	-3,80	9,83	15,78	10,88
junho	16,30	17,84	18,40	12,04	8,08	5,89	13,09	5,28
setembro	12,98	13,11	14,24	10,68	14,29	3,34	11,44	4,18
dezembro	9,12	10,03	11,34	9,56	17,31	3,90	10,21	4,32
<b>1997</b>								
março	8,56	8,96	9,64	8,39	22,05	4,70	10,38	5,97
junho	5,92	7,08	6,98	6,56	15,95	4,56	7,84	4,08
setembro	4,38	4,59	6,68	7,35	12,69	4,39	6,68	3,21
dezembro	4,34	4,83	7,23	6,81	17,71	4,02	7,49	5,18
<b>1998</b>								
janeiro	4,38	3,8	6,60	6,98	14,68	3,02	6,58	4,27

Fontes: FIPE, IBGE e FGV.

Portanto, o principal elemento explicativo para a mudança no perfil distributivo pós-Real, qual seja, o processo de alteração dos preços relativos em favor dos bens e serviços não-transacionáveis no mercado internacional, já mostra nítidos sinais de que está praticamente esgotado, fazendo crer que a melhoria ocorrida no perfil de distribuição de renda do trabalho, nos primeiros meses do Plano Real, já se esvaiu. Além disso, fica cada vez mais claro que a trajetória do nível de rendimento médio dos trabalhadores já cessou seu movimento ascendente, existindo inclusive algumas evidências de perdas acumuladas a partir de 1997 (dados da SEADE/DIEESE, na Tabela 9).

Se a política econômica não for capaz de superar a disjuntiva crescimento econômico/estabilização inflacionária, a necessidade de manter a atividade econômica em letargia, para evitar novos problemas na balança de serviços, deverá criar condições muito adversas para a recuperação do emprego e dos rendimentos reais dos trabalhadores. Na verdade, podemos dizer que, além da melhoria do perfil distributivo ter sido bastante modesta e, ao que parece, de fôlego curto, também a trajetória dos níveis de rendimentos reais deve ser lida sem muita empolgação, pois os dados indicam apenas que houve uma atenuação, até meados de 1996, das perdas que haviam sido acumuladas nos primeiros anos da década de 90. Os reflexos da crise asiática, bem como o reconhecimento da crescente vulnerabilidade externa da economia brasileira, obrigaram os formuladores da política econômica a adotar uma série de medidas, no final de 1997, que tendem a ampliar os problemas já existentes no mercado de trabalho brasileiro (conforme já indicam as taxas de desemprego do início do ano de 1998).

Antes de finalizar, ainda cabe fazer alguns comentários a respeito do aumento do consumo verificado especialmente nos primeiros meses que se seguiram à implementação do Real. Em grande medida aquele fenômeno deveu-se à supressão do chamado 'imposto inflacionário' e ao aumento do crédito ao consumo. A ampliação do

número de compras a prazo e as facilidades concedidas pelo comércio estiveram também relacionados à diminuição das taxas nominais de juros (mesmo com a manutenção de elevadas taxas de juros reais), que estimularam principalmente a decisão de gasto da classe mais baixa.

A estabilização em si também estimula, em um primeiro momento, o gasto das famílias, especialmente as mais pobres, pois elas deixam de perder, ao longo do mês, o poder de compra que perdiam na época da inflação alta, pois, dado o seu baixo nível de renda, não tinham acesso a aplicações financeiras que pudessem proteger o poder de compra de seu dinheiro. Este efeito positivo, o da extinção do imposto inflacionário, não é captado pelas pesquisas tradicionais de rendimentos, como a PNAD, a PED (DIEESE/SEADE) e a PME (IBGE), pois estas reúnem apenas o valor, declarado pelo entrevistado, do rendimento recebido no mês, não gerando informações completas sobre o consumo e a forma como este rendimento será gasto ao longo do mês. Portanto, a eliminação do chamado imposto inflacionário representa mais um ponto a ser destacado por uma leitura favorável dos efeitos do plano econômico implementado em 01 de julho de 1994, pois seus efeitos positivos não são sequer captados pelos indicadores de distribuição da renda do trabalho por estratos de rendimentos. Devemos ressaltar, porém, que este inegável efeito positivo provocado pela estabilização ocorre todo de uma só vez ('once and for all'), não podendo perpetuar-se indefinidamente e, portanto, não podendo promover, por si só, melhoria sustentada no perfil distributivo. Infelizmente, não existem no Brasil pesquisas de consumo permanentes ou que sejam constantemente atualizadas em curtos espaços de tempo<sup>9</sup>, o que poderia trazer novos elementos para análise dos efeitos do plano de estabilização sobre o bem-estar e o consumo das pessoas.

O *boom* de consumo também pode ser lido como reflexo das próprias carências materiais enfrentadas por amplas camadas da população brasileira que, mesmo diante de uma pequena melhoria na renda real disponível para consumo (fim do 'imposto inflacionário' e mesmo o aumento de valores reais dos rendimentos) ou das condições de oferta no comércio, geram um enorme movimento de compras de produtos. Além disso, o câmbio valorizado gera aumento do poder de compra dos salários, quando medidos em termos de produtos importados. O relativo barateamento dos produtos industrializados (eletrodomésticos, iogurtes, remédios etc.) produzidos internamente também permitiram uma grande expansão do consumo. Este consumo, porém, já demonstra nítidos sinais de desaquecimento, dado o aumento do controle das importações, o aumento do desemprego (e portanto diminuição da massa salarial) e a lenta desvalorização cambial real. O aumento da inadimplência nos meses mais recentes confirma o esgotamento do *boom* consumista verificado no início do Plano.

Resta ainda a necessidade de fazer alguns comentários adicionais sobre o consumo do pós-Real. Apesar de inegáveis avanços provocados pela estabilização dos preços, a leitura do fenômeno do consumo ainda exigiria muitos estudos. Não existem ainda informações mais detalhadas, mas há muitos indícios de que pode estar ocorrendo um efeito-substituição na cesta de consumo das famílias, provocado pela intensa mudança de preços relativos acima descrita. O aumento do consumo de eletrodomésticos e de certos alimentos industrializados, cujos preços subiram bem abaixo da inflação média do período pós-Real, não devem ser lidos, portanto, exatamente como um efeito-renda provocado por medidas relacionadas ao Plano Real, mas como resultado da dispersão dos preços relativos ocorrida pelo menos em seus dois primeiros anos de vigência, com grande colaboração, para tal resultado, da moeda artificialmente supervalorizada no momento de partida do plano de estabilização.

<sup>9</sup> As pesquisas existentes são elaboradas por instituições extremamente respeitáveis, como o IBGE (que produz a POF) e a fundação SEADE (que elabora a PCV). Estas pesquisas, entretanto, além dos problemas colocados acima, padecem de terem feitos algumas alterações metodológicas e/ou de periodicidade de coleta de dados, tornando complicado o seu uso para os fins que consideramos importantes no parágrafo acima.



## CONCLUSÕES

Este texto permitiu observar que a discussão do tema da distribuição de renda foi assumindo diferentes contornos na sociedade brasileira nos últimos 25 anos.

A divulgação do Censo de 1970 mostrou que, depois de mais de uma década de iniciado o processo de industrialização pesada no Brasil, a renda estava ainda mais concentrada do que em 1960, revelando a gravidade de um problema que tem raízes estruturais próprias de um país que passou por séculos de escravidão e que adentrou de forma extremamente tardia no seletivo grupo de nações industrializadas.

O debate sobre crescimento econômico e distribuição de renda dos anos 70 foi bastante fecundo, refletindo não só as especificidades políticas do momento (a necessidade das forças democráticas em combater o regime de exceção) como também os alentos que um período de amplo crescimento econômico sempre geram nos meios políticos e acadêmicos. Aquele contexto de elevado dinamismo econômico teria sido o ideal para implementar medidas de cunho distributivista, entre as quais citaríamos a recuperação do salário mínimo real, a mudança na estrutura fundiária, o redirecionamento dos gastos públicos, entre outras, que poderiam reverter o elevado grau de desigualdade presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, pode-se afirmar que a década de 70 é que, na verdade, poderia ser chamada de 'década perdida', se levarmos em consideração as medidas que poderiam ter sido tomadas para melhorar o perfil de distribuição de renda, pois o contexto de elevado crescimento econômico gera menores linhas de resistência para a adoção de medidas que invertam as prioridades sociais.

Nos anos 80, a questão da distribuição da renda enfrentou um enorme complicador: a economia perdeu o dinamismo e a inflação afetou principalmente as camadas de mais baixas rendas da sociedade. Os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos de oposição estiveram envolvidos nas necessidades mais imediatas dos trabalhadores e não puderam se debruçar sobre as questões de longo prazo e de caráter estrutural, como é claramente o caso da problemática da distribuição da renda. Além do mais, a política salarial foi sempre colocada como variável de ajuste da política econômica dos anos 80 e os reajustes salariais pela média de períodos anteriores acabavam invariavelmente consolidando, a cada novo plano econômico implementado, as perdas salariais provocadas pelos planos anteriormente fracassados. A agenda do país estava toda tomada pelo debate sobre a inflação, que seguia sem controle, varrendo os ganhos reais que algumas categorias de trabalhadores haviam conseguido na década de 70.

A implementação do Plano Real e a obtenção da tão sonhada estabilização inflacionária trouxe novos elementos para o debate da distribuição de renda. Está muito claro que a estabilização por si só não garante melhoria consistente dos perfis distributivos. Pelo contrário, a forma como foi concebido o Real mostra que o objetivo de distribuir renda não está presente em sua formulação. A pequena melhoria do perfil de distribuição de renda representou, na verdade, um resultado indireto provocado pelo plano.

O ufanismo de grande parte da imprensa brasileira e a escalada ideológica de justificação das medidas contidas no Plano Real têm obscurecido o debate sobre distribuição de renda. Uma análise crítica dos dados já disponíveis mostra que os efeitos positivos provocados pela estabilização inflacionária sobre o perfil distributivo já estão se esgotando e sequer foram suficientes para retomar patamares que já tinham sido atingidos no final dos anos 80 - apesar daquele momento já representa um quadro social extremamente deteriorado que se seguiu a uma década de baixo dinamismo econômico e inflação galopante.

É extremamente urgente que a sociedade brasileira passe a discutir de forma mais consistente a questão das desigualdades existentes em seu seio. A política econômica deve incorporar medidas ativas de ataque à questão da desigualdade, como um aumento consistente do valor real do salário mínimo, reforma agrária, expansão dos gastos sociais, entre outros, caso contrário não se poderá sequer começar a reverter



verdadeiramente esta realidade tão dramática. Para que estas medidas sejam incorporadas, porém, é importante que as autoridades econômicas possam criar mecanismos para superar a inconsistência macroeconômica gerada pelos muitos meses de juros elevados, de câmbio valorizado e de crescente endividamento externo. Este impasse tem que ser resolvido para que a economia possa voltar a crescer de forma sustentada, sem com isto agravar os déficits da conta corrente do balanço de pagamentos.

Cabe ao meio acadêmico trazer alternativas para o momento atual, tendo a questão distributiva como ponto central. A desigualdade de renda no Brasil é uma questão de extrema gravidade e complexidade, não podendo ser revertida com medidas paliativas, mas através de ataque direto ao problema. A estabilização da inflação é, sem dúvida, algo extremamente importante, mas o Plano Real tem que ser reformulado de maneira a incorporar medidas que efetivamente promovam a reversão das mazelas sociais presentes na sociedade brasileira.

### **Referências bibliográficas**

- BATISTA JÚNIOR, P. N. O plano Real à luz das experiências mexicana e argentina. In: *Estudos Avançados* (USP), n. 28, set./dez 1996.
- DIEESE. Desigualdade e Concentração de Renda no Brasil. *Pesquisa DIEESE* n. 11, São Paulo, ago. 1995.
- DIEESE. *Anuário dos trabalhadores*. São Paulo, 1996/97.
- FOLHA DE S.PAULO. Vários artigos, especialmente a partir de 1994.
- FRENKEL, R., DAMILL, M., FANELLI, J.M. De México a México: el desempeño de America Latina en los 90. *Revista de Economía Política*, (64), v.16, n. 4, out./dez., p. 64, 1996.
- LANGONI, C.G. *Distribuição de Renda e Crescimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura, 1973.
- MALAN, P., WELLS, J., Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. In: R.TOLIPAN, TINELLI, A.C., *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- MATTOS, F.A.M. *Estrutura ocupacional e distribuição de renda nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro : anos 80*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia (IE) da UNICAMP, 1994.
- MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós-Plano Real : a política econômica em debate*. Campinas : UNICAMP/IE, 1997.
- SINGER P. Desenvolvimento e Repartição da Renda no Brasil. In: R. TOLIPAN, TINELLI, A.C. *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- TOLIPAN, R., TINELLI, A.C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.